

Área temática: Ensino de administração

Título do trabalho: O Ensino da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração no Brasil*

AUTORES

CLAUDIA BRITO SILVA CIRANI

UNINOVE – Universidade Nove de Julho
cloubrito@hotmail.com

HELOÍSA HELENA MARQUES DA SILVA

UNINOVE – Universidade Nove de Julho
hheloiza@gmail.com

MILTN DE ABREU CAMPANARIO

UNINOVE- Universidade Nove de Julho
macampanario@uninove.br

Resumo: A pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em administração vem contribuindo fortemente para ampliação do sistema de ensino no país. A área de administração, ciências contábeis e turismo, juntas, foram responsáveis por cerca de 5.600 alunos matriculados em 2009. Isso corresponde a quinta maior posição dentre um universo de 47 áreas de conhecimento. O objetivo deste trabalho foi, então, analisar o comportamento do ensino da pós-graduação *stricto sensu* em administração no Brasil. Para tanto, foi utilizada a base de dados GeoCapes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, com o objetivo de se conhecer, não só a evolução do ensino da pós-graduação *stricto sensu* em administração no Brasil, no período de 1998 a 2009, mas também comparar indicadores básicos desse nível de ensino, tais como programas, docentes, discentes matriculados e titulados, tanto no âmbito nacional como regional. Utilizou-se a análise estatística descritiva para alcançar tais objetivos. As conclusões deste trabalho mostraram uma evolução positiva ao longo dos quatro triênios dos indicadores analisados, como por exemplo, ampliação significativa da quantidade de cursos, aumento expressivo do número de discentes, matriculados e titulados, e crescimento do corpo docente. Embora o ensino da pós-graduação *stricto sensu* em administração tenha ampliado, ainda, persiste ao longo do tempo uma distribuição desigual entre as regiões do Brasil.

* Este trabalho faz parte do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Administração (PRÓ-ADMINISTRAÇÃO) coordenado pela Capes.

Abstract: The master and PhD programs in administration in Brazil have contributed significantly to expanding the education system in the country. The area of administration, accountancy and tourism accounted about 5,600 students enrolled in 2009 which represents the fifth position among a large universe of 47 areas of knowledge. The main focus of this study was, therefore, to analyze the behavior of master and PhD programs in administration in Brazil. For that purpose, it was used the database of Coordination of Improvement of Personnel of Superior Level - CAPES, aiming to figure out not only the development of master and PhD programs in administration in Brazil in the period from 1998 to 2009 but also to compare basic indicators, such as programs, teachers, students enrolled and titled at a national or regional level. The descriptive statistical analysis was used to reach this purpose. The conclusions of this study showed a positive development over twelve years of the indicators studied, such as significant increase in the number of programs, students enrolled and titled, and teaching staff. Although master and PhD programs in administration have grown over the years, an uneven distribution still remains between Brazilian regions.

Palavras-chave: Pós-Graduação; *Stricto Sensu*; Administração

1 INTRODUÇÃO

O sistema educacional é elemento-chave para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país. A experiência brasileira de pós-graduação nos últimos anos é uma das realizações mais bem-sucedidas no conjunto do sistema de ensino existente no país, que vêm formando profissionais aptos a atuar nos diferentes setores da economia e capazes de contribuir para o processo de modernização (CAPES, 2011b). Portanto, pode-se afirmar que a ampliação qualificada da pós-graduação e a expressiva expansão do número de pós-graduandos altamente capacitados são essenciais para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e social do Brasil.

No início da década de 1960, iniciou-se o ensino da pós-graduação¹ no Brasil a partir da criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES em 1951, entidade vinculada ao Ministério da Educação, cujo objetivo é executar a política nacional de pós-graduação (SILVA e CARVALHO, 2007).

O foco deste trabalho é a pós-graduação *stricto sensu* em administração, que vem contribuindo fortemente para ampliação do sistema de ensino no país. De acordo com dados obtidos da CAPES (2011a), a área de administração, ciências contábeis e turismo, juntas, foram responsáveis por cerca de 5.600 alunos matriculados em 2009. Isso corresponde a quinta maior posição dentre um universo de 47 áreas de conhecimento.

No Brasil, a pós-graduação em administração teve seu início em 1967 a partir do mestrado da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro - FGV-RJ. Na década de 1970, outros oito cursos de mestrado em administração foram implementados nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraíba, Rio Grande do Norte e Distrito Federal. Ainda nesse período, três cursos de doutorado foram criados em administração: dois no estado de São Paulo e um no Rio de Janeiro (GUIMARÃES, et al., 2009).

Vários estudos foram desenvolvidos sobre a pós-graduação brasileira. Ceretta, Anjos e Siqueira (2008), por exemplo, estudaram os programas de pós-graduação em ciência do solo, constatando sua ampliação significativa nos últimos anos. Lyra e Haeffner (2008) analisaram a pós-graduação em agronomia. Tanto Ceretta, Anjos e Siqueira (2008) como Lyra e Haeffner (2008) concluíram que a regiões Sudeste e Sul concentram grande parte dos programas de pós-graduação do país.

Entretanto, uma análise da literatura na área indica um número reduzido de pesquisas realizadas sobre diferentes aspectos relacionados à pós-graduação em administração. Maccari et al. (2008), por exemplo, realizaram uma pesquisa-ação no programa de administração da Universidade de São Paulo – USP, visando demonstrar como o sistema de avaliação CAPES pode ser usado para melhorar seu desempenho. Esses autores constataram que um conjunto de ações, tais como a reorganização da estrutura de pesquisa; a participação efetiva dos docentes no processo de avaliação; e o desenvolvimento de uma sistemática de coleta, atualização e controle das informações do programa; são fundamentais para aprimorar sua eficiência gerencial. Guimarães et al., em um estudo sobre rede de programas de pós-graduação em administração, constataram que a rede social entre os programas analisados é fraca. Além disso, esses autores apontaram a localização geográfica e as linhas de pesquisa dos cursos como sendo fatores importantes na definição da estrutura da rede.

Este trabalho busca responder a seguinte pergunta: há diferenças relativas de indicadores – programas, docentes, discentes matriculados e titulados - da pós-graduação *stricto sensu* em administração, no período de 1998 a 2009, entre as regiões brasileiras? O estudo está organizado de forma a responder a essa pergunta, tendo, assim, como objetivo

¹ Os cursos de pós-graduação são de dois tipos: o *lato sensu* e o *stricto sensu*. O primeiro grupo refere-se aos cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização. O *stricto sensu* são os cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional.

investigar a evolução do ensino da pós-graduação *stricto sensu* em administração no Brasil ao longo dos doze anos, bem como comparar indicadores entre as regiões sob diferentes dimensões: programas, docentes, discentes matriculados e titulados.

Ressalta-se a importância deste trabalho, uma vez que não existem ainda estudos sobre quanto, onde e quando o ensino da pós-graduação² vem crescendo ao longo do tempo, tanto no âmbito nacional como regional. Nesse sentido, os resultados deste trabalho são essenciais para formulação de políticas públicas que visem a incorporar necessidades e desafios desse nível de ensino no Brasil e, em particular, em cada região do país.

Este trabalho está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. A seção 2 expõe, sucintamente, a metodologia adotada. A seção 3 faz uma análise estatística descritiva dos dados coletados da CAPES. Por fim, seção 4 traz as principais conclusões.

2 METODOLOGIA

Os dados utilizados neste trabalho foram obtidos a partir do site da CAPES, que possui um portal na Internet com estatísticas, denominadas GeoCapes, cuja base de dados disponibiliza vários indicadores da pós-graduação, como por exemplo, distribuição de programas, docentes e discentes, por Estado. O período de análise deste estudo se referiu à série histórica de 1998 a 2009³.

Para assegurar a qualidade dos dados, foram adotados os procedimentos metodológicos expostos a seguir.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na organização da base de dados Geocapes. Realizou-se, assim, um trabalho exaustivo e sistemático, a fim de construir a base e elaborar as tabelas. Para se chegar à organização desejada, foi necessário separar cada indicador, como por exemplo, a distribuição de programas de pós-graduação, a distribuição de discentes e a distribuição de docentes, por área do conhecimento (administração). Em seguida, foi necessário, também, separar cada um dos indicadores por região (Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste ou Norte), por nível (mestrado, mestrado profissional ou doutorado – para discentes; permanente, visitante ou colaborador – para docentes), e por categoria administrativa (pública ou privada). Todas essas informações foram organizadas ano a ano, isto é, desde 1998 até 2009.

Uma vez feita a organização dos dados, elaborou-se os Gráficos, a fim de mostrar o comportamento dos indicadores investigados ao longo do tempo e, também, realizar uma análise comparativa entre as regiões brasileiras.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, realizou-se uma análise estatística descritiva dos dados coletados, com o objetivo de se conhecer não só a evolução do ensino da pós-graduação, mas também comparar indicadores, tais como programas, docentes, discentes matriculados e titulados, entre as regiões brasileiras, obtendo, assim, um panorama geral sobre o tema. As subseções a seguir, analisam os principais indicadores desse nível de ensino.

3.1 Programas

A CAPES é responsável pelo credenciamento⁴ e pela avaliação trienal dos programas de mestrado e doutorado. O Gráfico 1 mostra a evolução, ao longo dos doze anos, dos programas de pós-graduação por nível de curso (mestrado, doutorado e mestrado

² Para simplificar, utilizar-se-á de agora em diante só o termo pós-graduação para se referir à pós-graduação *stricto sensu* em administração no Brasil.

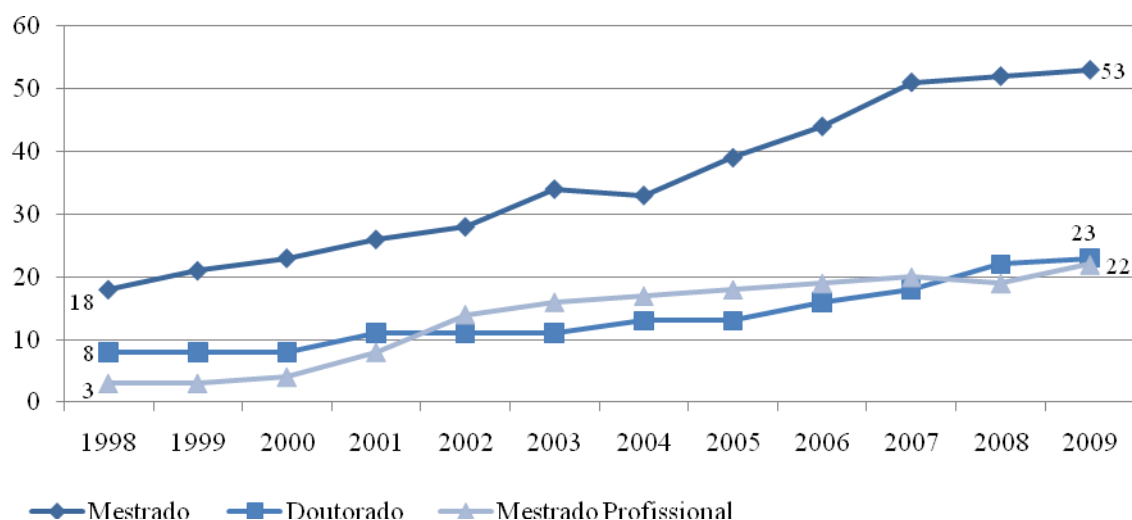
³ A série histórica da GeoCapes possuía como última referência o ano de 2009, quando foi realizado este estudo.

⁴ O credenciamento consiste não só na análise documental das propostas apresentadas pelas IES, mas, sobretudo em visitas para verificação *in loco* da sua fidedignidade.

profissional). Pelo Gráfico 1, percebe-se que o total de programas no mestrado saltou de 18, em 1998, para 53 em 2009. Os cursos de doutorado, por sua vez, em 1998, contabilizavam apenas 8 programas e, em 2009, aumentaram para 23. Já o mestrado profissional vem apresentando um crescimento mais expressivo quando comparado aos demais níveis. Ou seja, em 1998, existiam só 3 programas, enquanto que, em 2009, 22 cursos já tinham sido implementados.

Portanto, em 2009, a pós-graduação reunia um total de 98 programas, sendo 53 mestrados, 23 doutorados e 22 mestrados profissionais. Tanto nos cursos de doutorado quanto nos de mestrado, esses números vêm aumentando rapidamente ao longo dos quatro triênios. Tal expansão pode ser explicada não só pelo aumento da oferta de cursos de pós-graduação de Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras, graças às ações orçamentárias⁵ do governo destinadas à essa modalidade de ensino, mas também pelo aumento da demanda da sociedade por maior nível de escolarização, que se tornou uma exigência para o ingresso no mercado de trabalho.

Gráfico 1 – Evolução do número de programas *stricto sensu* em administração por nível de curso - Brasil 1998-2009

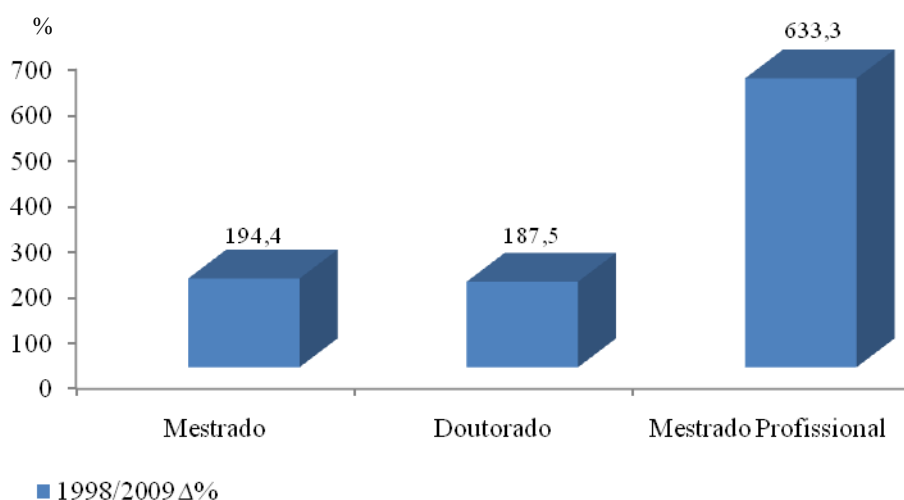


Fonte: Elaborado a partir da base de dados GeoCapes (2011a).

Os dados apresentados no Gráfico 2 confirmam o que se expôs acima, ou seja, a expansão da oferta de todos os níveis de curso: mestrado, doutorado e mestrado profissional. Ressalta-se pelo Gráfico 2 a significativa ampliação dos programas de mestrado profissional, cuja taxa de crescimento, ao longo dos doze anos, foi superior a 600%.

Gráfico 2 – Taxa de crescimento dos programas *stricto sensu* em administração por nível de curso – Brasil 1998/2009

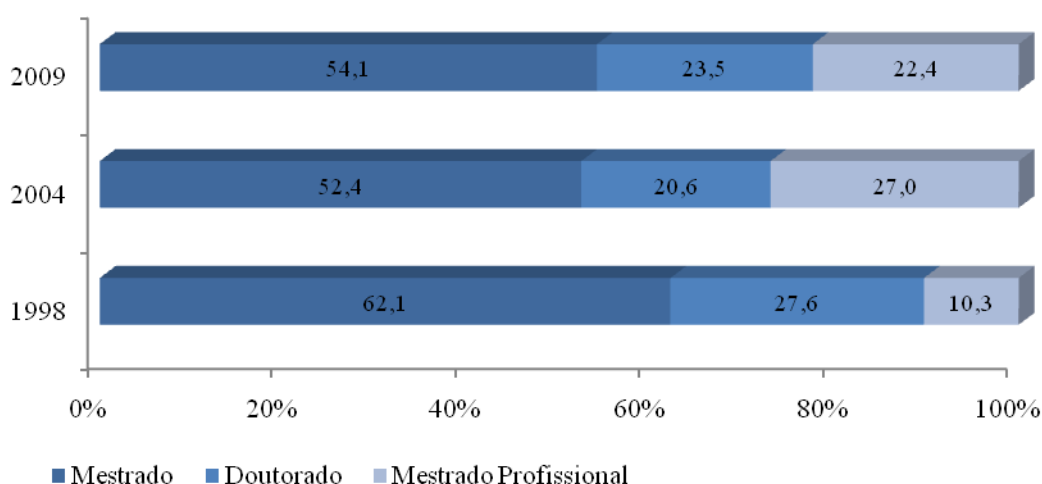
⁵ Ressalta-se que a Capes oferece fomento financeiro aos programas de pós-graduação das IES públicas. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2010), por meio do programa de Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica, em 2008, foram despendidos mais de R\$ 1 bilhão, com crescimento de 29% quando comparado ao orçamento executado em 2007.



Fonte: Elaborado a partir da base de dados GeoCapes (2011a).

O Gráfico 3 mostra a participação relativa de cada nível no total de programas. Como se pode observar no Gráfico 3, a participação relativa do mestrado caiu entre 1998 e 2009 (de 62,1% para 54,1%). A proporção dos cursos de doutorado, por sua vez, foi reduzida de 27,6% para 23,5%. Por outro lado, o mestrado profissional vem incrementando sua participação de forma significativa. Em 1998 sua proporção foi de 10,3% e, em 2009, já correspondia a 22,4% do total. A redução das proporções pode ser explicada pelo fato de que a CAPES, a cada três anos, avalia todos os cursos de pós-graduação *stricto sensu* do país, permitindo o descredenciamento de programas que não atendem os requisitos⁶.

Gráfico 3 – Participação relativa dos níveis de pós-graduação *stricto sensu* em administração – Brasil 1998, 2004 e 2009



Fonte: Elaborado a partir da base de dados GeoCapes (2011a).

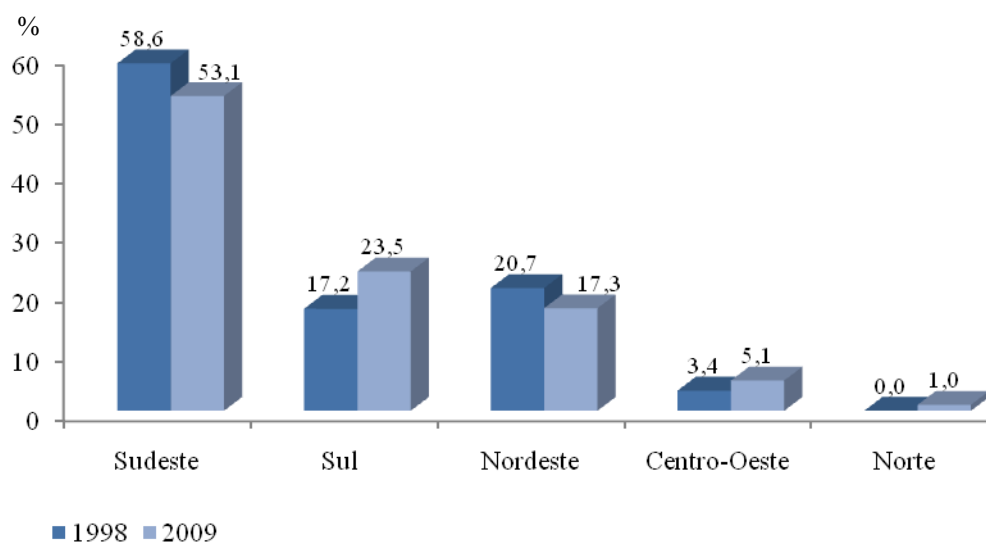
⁶ A avaliação trienal, realizada pela CAPES, é comparativa, tendo como requisitos a publicação de artigos científicos, o requerimento de novas patentes e o impacto dos programas sobre o setor produtivo. Os cursos de pós-graduação que obtiverem conceito um ou dois, numa escala de zero a sete, são descredenciados e, consequentemente, proibidos de admitir novos alunos.

As comparações regionais são essenciais para analisar a realidade do país. Quando se observam os dados comparativos entre as regiões brasileiras, nota-se que, em 2009, dentre um total de 98 cursos de pós-graduação, 53,1% (52) estavam na região Sudeste, 23,5% (23) no Sul, 17,3% (17) no Nordeste, 5,1% (5) no Centro-Oeste e apenas 1,0% (1) no Norte (Gráfico 4). Portanto, as desigualdades regionais são marcantes no que diz respeito à distribuição geográfica do número de programas de pós-graduação. Ou seja, enquanto que, em 2009, a região Sudeste tinha 52 cursos, o Norte não chegava a possuir 3. Isso influencia diretamente na produção científica e tecnológica nacional, pois quanto mais cursos de pós-graduação, desde que implementados com critério de qualidade, maior será a produção de conhecimento, que se reflete positivamente no desenvolvimento regional.

Contudo, conforme mostrado no Gráfico 4, a região Norte apresentou aumento da taxa em relação a 1998, passando de 0,0% para 1,0%. Espera-se que a distribuição desigual entre as regiões seja corrigida num futuro próximo, uma vez que as agências de fomento federais, tais como CAPES, CNPq e FINEP⁷, vêm incentivando a formação de parcerias entre programas de regiões distintas a fim de promover a desconcentração do sistema nacional de pós-graduação.

Visando superar as assimetrias regionais, em 2008 a CAPES realizou chamada pública para recebimento de projetos de implantação de redes de cooperação acadêmica na área de administração. Nesse sentido, enorme esforço entre IES vem sendo feito, por exemplo, o programa de mestrado e doutorado em administração da Universidade Nove de Julho – Uninove estabeleceu consórcio com uma instituição na região Centro-Oeste visando o desenvolvimento de curso de mestrado em inovação e sustentabilidade e, também, a formação em nível de doutorado do corpo docente em atividade.

Gráfico 4 – Distribuição percentual do número de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração, segundo as regiões – Brasil 1998 e 2009



Fonte: Elaborado a partir da base de dados GeoCapes (2011a).

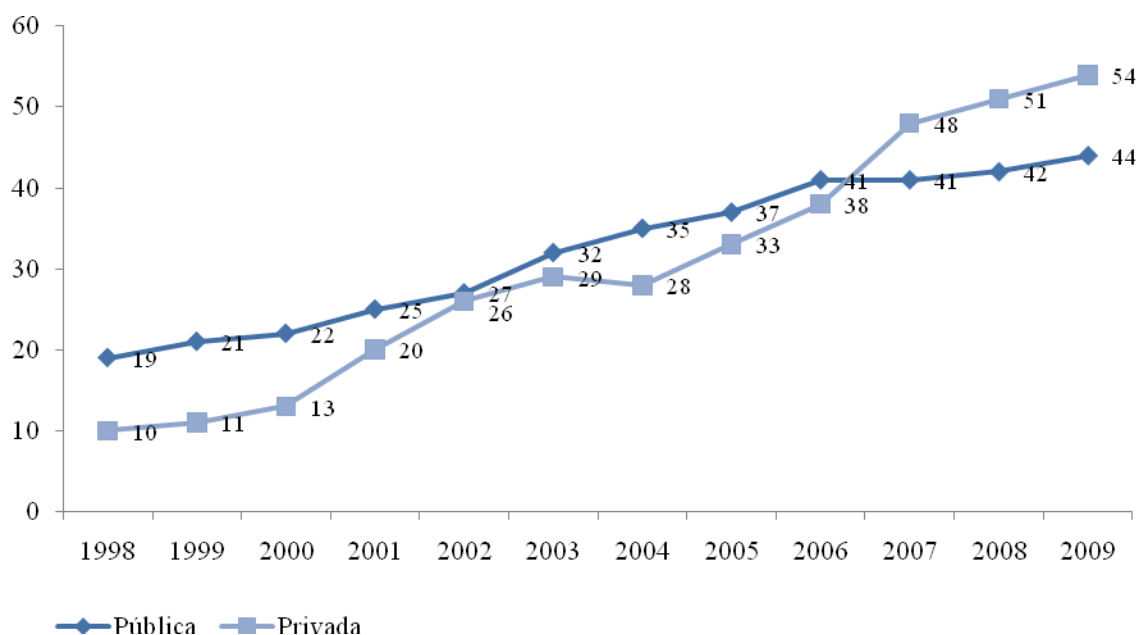
O Gráfico 5 mostra a evolução em números absolutos dos programas de pós-graduação segundo a categoria administrativa (pública ou privada). A Tabela 1 apresenta a distribuição percentual desses números para cada região. Observa-se que a quantidade de cursos ofertados pela esfera privada ganhou importância nos últimos doze anos. Em 1998

⁷ CNPq e FINEP são siglas que significam, respectivamente, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Financiadora de Estudos e Projetos.

eram 10 programas no Brasil, equivalente a 34,5%; em 2009, aumentaram para 54, equivalente a 52,9% (Gráfico 5 e Tabela 1).

A ampliação dos cursos públicos não se deu de forma tão sistemática quanto aos particulares, ou seja, enquanto que, em 2009, a taxa de expansão do primeiro correspondeu a um aumento de 131,6% em relação ao ano de 1998, a taxa de crescimento dos cursos privados foi de 440,0% no período (Tabela 1). Convém chamar a atenção para o fato de que essas estatísticas são fortemente influenciadas pela região Sudeste, que possui a grande maioria dos programas na esfera privada, conforme será visto a seguir.

Gráfico 5 - Evolução dos programas *strictu sensu* em administração por categoria administrativa – Brasil 1998-2009



Fonte: Elaborado a partir da base de dados GeoCapes (2011a).

Tabela 1 – Distribuição percentual dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração por regiões, segundo a categoria administrativa – 1998 e 2009

Categoria	1998		2009		1998/2009 Δ%
	Total	%	Total	%	
Brasil					
Pública	19	65,5	44	43,1	131,6
Privada	10	34,5	54	52,9	440,0
Sudeste					
Pública	7	41,2	15	28,8	114,3
Privada	10	58,8	37	71,2	270,0
Sul					
Pública	5	100,0	11	47,8	120,0
Privada	0	0,0	12	52,2	-
Nordeste					
Pública	6	100,0	13	76,5	116,7
Privada	0	0,0	4	23,5	-
Centro-Oeste					
Pública	1	100,0	4	80,0	300,0
Privada	0	0,0	1	20,0	-
Norte					
Pública	0	-	1	100,0	-
Privada	0	-	0	-	-

Fonte: Elaborado a partir da base de dados GeoCapes (2011a).

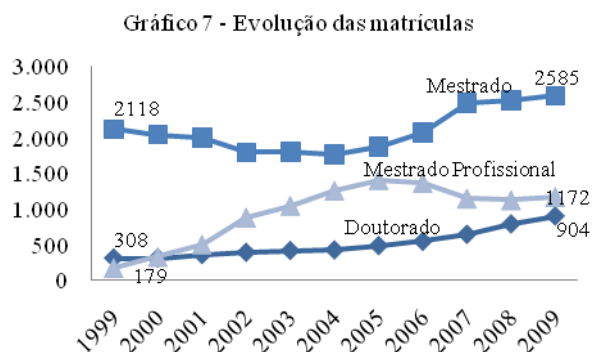
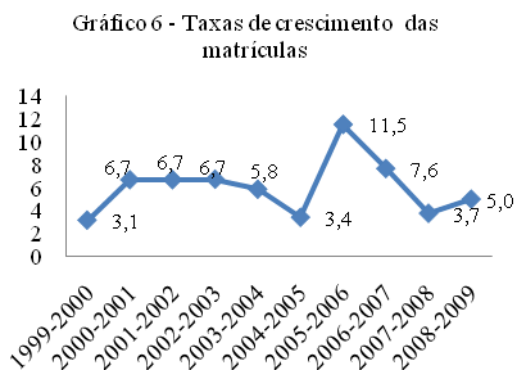
A distribuição percentual dos programas por categoria administrativa se mostrou diferenciada entre as regiões. Apenas no Sudeste e Sul a proporção dos cursos privados é superior aos públicos (71,2% contra 28,8% e 52,2% contra 47,8%, respectivamente, em 2009). Essa tendência está de acordo com o processo de expansão e privatização do sistema de ensino brasileiro, especialmente nas regiões mais desenvolvidas do país. No Nordeste e Centro-Oeste a maioria dos programas são públicos (76,5% e 80,0%, respectivamente, em 2009). Já no Norte, esse indicador atinge 100%, uma vez que não existe ainda curso privado nessa região, mas sim um único programa público (Tabela 1).

3.2 Discentes

Um grande desafio do sistema de ensino da pós-graduação é a formação de recursos humanos altamente capacitados. Os pós-graduandos podem receber apoio na forma de bolsas de estudo para sua formação. Ressalta-se que o número de bolsas disponibilizado pelas agências federais cresceu de 223, em 1998, para cerca de 440, em 2009, isto é, um crescimento de quase 100%.

3.2.1 Matriculados

A quantidade de matrículas na pós-graduação contabilizou 4.661 estudantes matriculados em 2009, representando um avanço de 121,8% quando comparado ao total verificado em 1998. As taxas de crescimento desse indicador foram bastante significativas, como mostra o Gráfico 6. Os dados do número de matrículas, quando comparados aos da década anterior, revelam aumento expressivo em todos os níveis, com destaque para o mestrado profissional. Em 1999, eram 179 alunos matriculados nesse nível de ensino, enquanto que, em 2009, já alcançavam 1.172, correspondendo a um aumento de cerca de 560% no período. No doutorado, as matrículas quase triplicaram (Gráfico 7).



Fonte: Elaborado a partir da base de dados GeoCapes (2011a).

A Tabela 2 apresenta a distribuição percentual de discentes matriculados em cada região de 1999 e 2009. Os percentuais são desiguais, reforçando o problema das assimetrias regionais já levantado anteriormente. Em 2009, cerca de 60% das matrículas concentravam-se no Sudeste, seguido pelo Sul (21,4%), Nordeste (16,1%), Centro-Oeste (2,9%) e Norte (0,8%). No entanto, pode-se dizer que houve uma reduzida correção dessa assimetria, já que em 2009 as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte registraram percentuais maiores em relação a 1999.

Tabela 2 – Percentuais de matrículas da pós-graduação *stricto sensu* em administração – Brasil 1999 e 2009

Ano	Matriculados (%)					Total
	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	
1999	61,0	23,8	13,4	1,7	0,0	100,0
2009	58,8	21,4	16,1	2,9	0,8	100,0

Fonte: Elaborado a partir da base de dados GeoCapes (2011a).

3.2.2 Titulados

Os alunos de mestrado devem preparar uma dissertação para obter a titulação, enquanto que os de doutorado precisam elaborar a tese. Tanto a tese como a dissertação são monografias científicas que abordam temas únicos delimitados. A diferença é que a tese de doutorado exige originalidade do tema pesquisado (SEVERINO, 2007).

Entre 1999 e 2009, o número de titulados no doutorado aumentou em 351,4% e o de mestrado em aproximadamente 130%. No mestrado profissional, esse indicador cresceu mais de 1.300%. Isso já era previsto e está fortemente associado à expansão sistemática da quantidade de programas e matrículas nesse nível de ensino. No que diz respeito ao total, 1.720 discentes obtiveram titulação em 2009. Isso corresponde a um aumento de 212,2% em relação a 1998 (Tabela 3).

Tabela 3 – Número de titulados da pós-graduação *stricto sensu* em administração por nível – Brasil 1999/2009

	1999	2009	1999/2009 Δ%
Doutor	37	167	351,4
Mestre	482	1.099	128,0
Mestre Profissional	32	454	1.318,8
Total	551	1.720	212,2

Fonte: Elaborado a partir da base de dados GeoCapes (2011a).

A Tabela 4 mostra a distribuição dos titulados com relação à categoria administrativa. Nota-se que a maioria dos doutores obtiveram sua titulação em instituições públicas (75,9% contra 24,1%, em 2009). Isso ocorre porque essas instituições detêm a maior parte dos cursos de doutorado, já que é o grau mais elevado de titulação e, no Brasil, a pós-graduação de boa qualidade e totalmente subsidiada, ainda, é a pública. Vale ressaltar que a qualidade de uma instituição não apenas depende do número de dissertações de mestrado defendidas mas, sobretudo, do fato de ter ou não programas de doutorado.

Por outro lado, verifica-se que uma proporção relativamente alta de mestres profissionais defenderam sua dissertação em curso privado (74,2% contra 25,8%). Esse resultado pode ser explicado pelo fato desse curso ser menos teórico que o acadêmico, voltado para o mercado de trabalho e, portanto, oferecido em grande parte pela pós-graduação paga.

Tabela 4 – Distribuição percentual dos titulados da pós-graduação *stricto sensu* em administração por nível, segundo a categoria administrativa – Brasil 2009

	Programa público (%)	Programa privado (%)	Total (%)
Doutor	75,9	24,1	100,0
Mestre	53,0	47,0	100,0
Mestre Profissional	25,8	74,2	100,0

Fonte: Elaborado a partir da base de dados GeoCapes (2011a).

Quanto aos dados regionais, em 2009, o Sudeste concentrava 80% dos doutores em administração, seguido do Sul, com 25%. Dentre o total de mestres titulados, continua o predomínio da região Sudeste (54%) e Sul (30%). Em relação ao total de mestres profissionalizantes, o Sudeste reunia 74% dos alunos titulados nesse nível, seguido pela

região Nordeste, com cerca de 22%. Como esperado, as regiões Norte e Centro-Oeste possuem baixa concentração de titulados.

3.3 Docentes

O corpo docente passou de 455 em 1998 para 1.400 em 2009. Isso corresponde a um crescimento de 207,7 % no período. O Gráfico 7 ilustra a distribuição dos docentes por nível (permanente, colaborador ou visitante). Como se pode observar pelo Gráfico 7, em 2009, mais de 80% (1.154) dos professores eram permanentes. Vale notar que tal percentual é elevado e reflete o fato de que esse nível integra o núcleo estável de docentes do programa, com carga intensa e permanente de atividades acadêmicas. Além disso, 15,4% (215) dos professores eram colaboradores e apenas 2,2% (31) visitantes. Quando se comparam os dados entre 2005 e 2009, percebe-se que os percentuais são parecidos.

Gráfico 7 – Distribuição percentual dos docentes de pós-graduação *stricto sensu* em administração por nível – Brasil 2005 e 2009



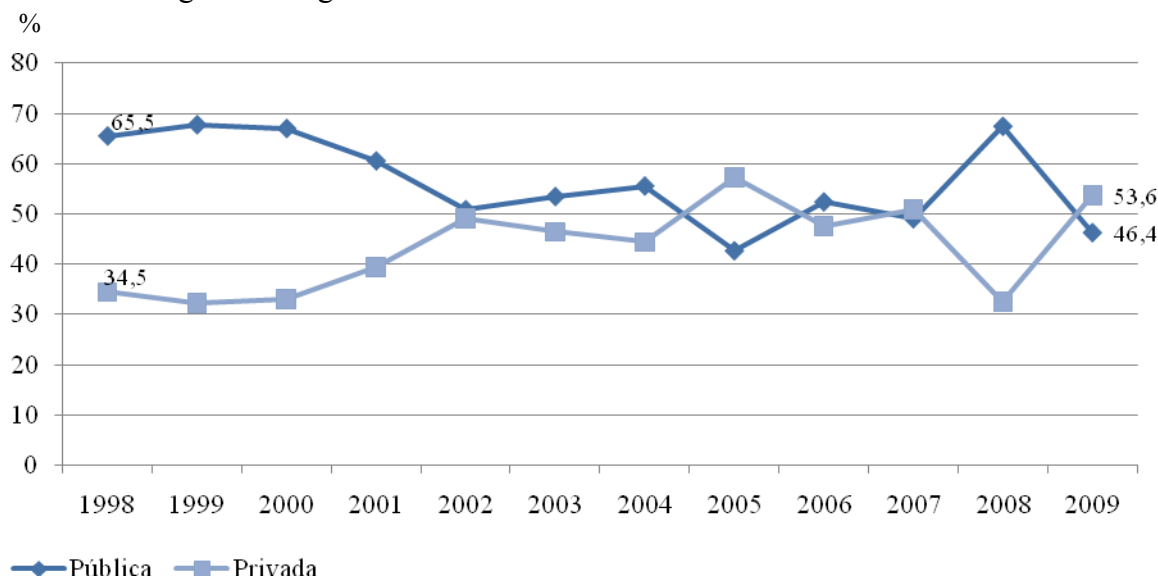
Fonte: Elaborado a partir da base de dados GeoCapes (2011a).

Os dados do Gráfico 8 mostram como se distribui anualmente o percentual de docentes por categoria administrativa (pública ou privada) de 1998 a 2009. Conforme se pode visualizar no Gráfico 8, constata-se uma tendência de aproximação entre os percentuais a partir de 2002, entretanto, a proporção de docentes em programa público foi superior ao privado até 2004. Os professores da esfera privada vêm aumentando consideravelmente ao longo dos anos. Em 1998, cerca de 35% dos professores estavam nos programas particulares e, em 2009, ultrapassaram 50%. Esse resultado é consistente com a constante e expressiva ampliação dos programas particulares. Ou seja, quanto maior a expansão da oferta de cursos de pós-graduação do sistema privado, maior será o percentual de docentes nessa categoria.

Outro aspecto relevante refere-se à distribuição geográfica dos docentes. Os dados do Gráfico 9 indicam que as diferenças regionais são significativas, isto é, em 2009, o Sudeste concentrou mais da metade dos docentes da pós-graduação, seguidos do Sul e Nordeste (com cerca de 20%). Isso ocorre porque as regiões mais desenvolvidas concentram maior quantidade de programas e, portanto, de professores mestres/doutores, cuja titulação é requerida para atuar no setor acadêmico.

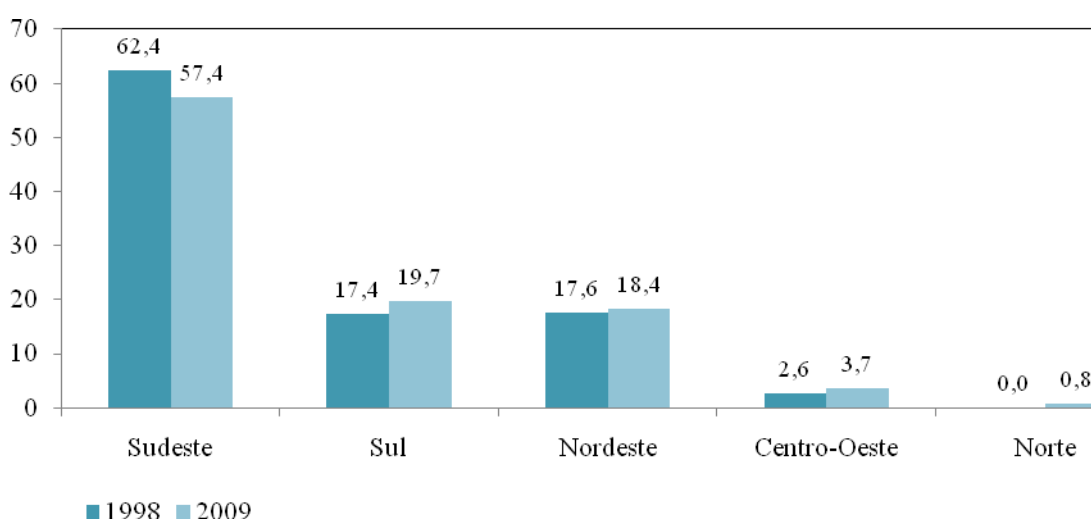
Por outro lado, em 2009, nas regiões Centro-Oeste e Norte, observa-se baixa concentração de docentes (3,7% e 0,8%, respectivamente). Tal resultado pode ser negativamente influenciado, no caso de levar em conta o tamanho da região Norte, a maior área do Brasil. Quando se compara os dados de 1998 e 2009, fica evidente a reduzida melhoria na assimetria regional ao longo dos quatro triênios (Gráfico 9).

Gráfico 8 – Porcentagem de docentes de pós-graduação *stricto sensu* em administração segundo categoria administrativa – Brasil 1998 – 2009



Fonte: Elaborado a partir da base de dados GeoCapes (2011a).

Gráfico 9 – Distribuição percentual do número de docentes de pós-graduação *stricto sensu* em administração por região – Brasil 1998 e 2009



Fonte: Elaborado a partir da base de dados GeoCapes (2011a).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou indicadores básicos do ensino da pós-graduação *stricto sensu* em administração no Brasil, realizando também uma análise comparativa entre as regiões do país. Tais indicadores apresentaram uma evolução positiva no período analisado - 1998 a 2009. De uma maneira geral, houve ampliação significativa da quantidade de cursos, aumento expressivo do número de discentes, matriculados e titulados, e crescimento do corpo docente. Contudo, essa expansão não ocorreu de forma homogênea em todo o país. Portanto, o desequilíbrio regional ainda é uma realidade, como demonstraram os indicadores de regiões menos favorecidas.

A análise estatística descritiva deste trabalho é apresentada em três etapas: programas, discentes – matriculados e titulados – e docentes.

Quanto aos resultados sobre o número de programas, observou-se um aumento expressivo desse indicador, uma vez que saltou de 29, em 1998, para 98, em 2009, representando um crescimento de 237,9% no período. Essa expansão foi ainda mais acentuada no mestrado profissional, cuja taxa de crescimento foi superior a 600%. No entanto, a distribuição dos cursos entre as regiões brasileiras é desigual, isto é, em 2009 o Sudeste concentrava 53,1% dos programas, seguidos do Sul (23,5%), Nordeste (17,3%), Centro-Oeste (5,1%) e Norte (1,0%).

Os resultados mostraram ainda que o sistema privado é hoje o principal responsável pela pós-graduação, uma vez que grande parte dos cursos particulares está concentrada na região Sudeste, que representa mais de 50% dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração no país.

A análise do número de matrículas revela que houve crescimento da quantidade de alunos no mestrado, doutorado e mestrado profissional, atingindo em 2009 um total de aproximadamente 5 mil matrículas. Nos últimos 11 anos, o volume de alunos matriculados no mestrado profissional cresceu quase 560%, enquanto no doutorado as matrículas triplicaram.

No que diz respeito ao corpo docente, verificou-se que passou de 455 professores em 1998 para 1.400 em 2009. Ou seja, a taxa de crescimento foi de 207,7% no período. Entretanto, é importante destacar a distribuição geográfica desigual de todos os indicadores aqui investigados, indicando um predomínio, como esperado, das regiões mais desenvolvidas do país.

Espera-se que esses resultados possam subsidiar o setor público e a sociedade, alertando-os para a importância de ações que atendam as necessidades regionais, considerando a manutenção da qualidade do sistema de ensino, pois não se deve buscar as soluções para o problema da assimetria regional na simples ampliação do sistema. Ou seja, acredita-se que o avanço da pós-graduação depende de medidas que visem ampliar também sua qualidade e desempenho. Inegável que há muito o que fazer para superar as assimetrias regionais. No entanto, alguns resultados vêm sendo alcançados e refletem o esforço das agências de fomento federais, cujas conquistas devem ser preservadas e aprimoradas, tais como a política de cooperação interinstitucional com o objetivo de implementar programas estratégicos específicos e capacitar o universo docente em regiões menos favorecidas.

Por fim, não se pode deixar de ressaltar que o foco deste trabalho é a pós-graduação em administração. Entretanto, é fundamental que sejam realizados outros estudos, em outras áreas do conhecimento. Só assim, será possível obter análise mais abrangente voltada para a compreensão da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERETTA, C.A; ANJOS, L.H.C. dos; SIQUEIRA, J.O. A pós-graduação em ciências do solo no Brasil: evolução e tendências. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 5, n. 9, p. 7-35, dez. 2008.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **GeoCapes**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/estatisticas>>. Acesso em: 25 maio 2011a.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO – PNPG 2005-2010**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao>>. Acesso em: 3 jun. 2011b.

GUIMARÃES, T.A.; GOMES, A.O.; ODELIUS, C.C.; ZANCAN, C.; CORRADI, A.A. A rede de programas de pós-graduação em administração no Brasil: análise de relações acadêmicas e atributos de programas. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 13, n. 4, p. 564-582, out./dez. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Capítulo 5 – Educação**. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_18_cap05.pdf>.
Acesso em: 31 maio 2011.

LYRA, T.M.P.; HAEFFNER, C. Análise da pós-graduação em agronomia no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 5, n. 9, p. 36-66, dez. 2008.

MACCARI, E.A.; RODRIGUES, L.C.; ALESSIO, E.M.; QUONIAM, L.M. Sistema de avaliação da pós-graduação da CAPES: pesquisa-ação em um programa de pós-graduação em administração. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 5, n. 9, p. 171-205, dez. 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010. 304 p.

SILVA; M.O.S; CARVALHO, D.B.B. A pós-graduação e a produção de conhecimento no serviço social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, dez. 2007.